



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 29 de abril de 2016

Horário: 13h



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Publicada em 24 de março de 2016

Sumário

I. INTRODUÇÃO.....	2
II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE.....	3
IV. CONVITE	5
VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA...	9
VII. ANEXOS.....	17
ANEXO A	19
MODELO DE PROCURAÇÃO	19
ANEXO B	21
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	21
ANEXO C	61
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	61
ANEXO D.....	62
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016.....	62
ANEXO E	63
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	63
ANEXO F	67
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	67
ANEXO G.....	87
DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS.....	87
ANEXO H.....	88
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA	88

I. INTRODUÇÃO

A presente Proposta da Administração (“Proposta” ou “Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2016 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de março de 2016.

II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

Temos a satisfação de apresentar-lhes este Manual, preparado com o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, a qual será realizada na nova sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), bem como pela Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481") e suas alterações.

Informamos que, para instalação de cada Assembleia, será necessário um quórum de, pelo menos, 25% do capital votante da Companhia. Caso qualquer quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará apenas a instalação da Assembleia Ordinária ou a nova data para a realização das Assembleias em segunda convocação. Nessa ocasião, a Assembleia Ordinária poderá ser instalada com a presença de, pelo menos, um acionista.

A este respeito, os melhores esforços serão envidados para que a Assembleia se instale e se realize em primeira convocação e, para tanto, a sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente, visto que participamos do Nível 2 de Governança Corporativa.

Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia.

Atenciosamente,

Marco Aurélio Salvany

Diretor Presidente

III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que convido os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Forjas Taurus S.A., convocada para o dia 29 de abril de 2016, às 13h, na nova sede da Companhia, localizada na Avenida São Borja, 2181/Prédio A – São Leopoldo/RS – Brasil. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão descritos no Edital de Convocação e neste Manual. Por favor, leia-os com atenção.

Seu voto é muito importante para a Companhia, pois estamos passando por um forte processo de reestruturação em diversas áreas, buscando colocá-la nos mais altos níveis de competitividade mundial. Dessa forma, a Companhia ingressa em uma nova fase no ano de 2016.

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria da Companhia, e auditores independentes, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Contamos com sua presença!

Obrigado por sua atenção,

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

IV. CONVITE

DATA: 29 de abril de 2016

HORÁRIO: 13 horas

LOCAL: Sede Social da Companhia

ENDEREÇO: Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS – Brasil

MATÉRIAS: Em Assembleia Ordinária:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2016;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2016;
- (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2016.

V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;
- (iii) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e
- (iv) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinada a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Observações:

(1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iv” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como o advogado da Companhia, o Dr. Marcelo Bervian, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins

do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos por e-mail para ri@taurus.com.br, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos, as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 23.04.2016, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009 estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), tendo sido disponibilizados após o pregão do dia 24 de março de 2016.

VI. (A) ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

A Companhia deve promover a realização de uma Assembleia Ordinária anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme disposto no Artigo 132 da Lei das S.A. e no Artigo 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício;
- (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável; e
- (3) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, conforme o caso.

Ademais, a Assembleia Ordinária deve também fixar o montante global da remuneração dos administradores, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. e do §1º do art. 10 do Estatuto Social da Companhia.

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;

As contas dos administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu Conselho de Administração. Após a opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são por fim submetidas à Assembleia.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O Relatório da Administração contém, ainda, informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de capitais, governança corporativa, dentre outras.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento deve ser elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por seis documentos, a saber:

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (iii) Demonstração do Resultado Abrangente;

- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- (v) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- (vi) Demonstração do Valor Adicionado.

Ademais, as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento, ao indicar os seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o valor de elementos do ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores, se existentes; e
- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Para fins de cumprimento do art. 133 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas nesta data, 24 de março de 2016, a seguinte documentação:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2016;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e
- (ix) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no *website* da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção do documento constante do item “ix” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo B.

Ainda sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia informa que, em linha com o processo de harmonização das práticas contábeis internacionais, a Companhia adotou integralmente os dispositivos das Leis n.º 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Neste mesmo sentido, todos os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos de 2008 a 2015 foram igualmente adotados quando aplicáveis à Companhia.

Ademais, a Administração da Companhia informa que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditados pelos Auditores Independentes, KPMG (vide item “VI.1.B – Auditoria pelos Auditores Independentes” abaixo), previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Pelo exposto, a Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente todos os documentos disponibilizados, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Auditoria pelos Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente, registrado na CVM, estando os auditores independentes sujeitos a rodízio obrigatório a cada cinco anos. As Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas pela KPMG, que substituiu a E&Y, responsável por auditar as demonstrações financeiras de 2013 e 2014.

Após a verificação dos registros da Companhia, a KPMG emitiu parecer aprovando sem ressalvas as Demonstrações Financeiras.

Data Base das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras compreendem o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015 e encerrado no dia 31 de dezembro de 2015, levando em conta os Eventos Subsequentes, de acordo com a CPC 24.

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2015;

De acordo com o previsto no art. 196 da Lei das S.A., no art. 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015, a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A esse respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo D do presente Manual para o exercício de 2016 e suas fontes de recursos.

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2016;

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, o art. 13 do Estatuto Social da Companhia prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o art. 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores.

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2016, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

A Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2016 incluindo Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração totaliza até R\$ 9.011.664,20 (nove milhões, onze mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 2.925.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), mais a remuneração variável de até R\$ 3.755.002,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e dois reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária e dos encargos da Diretoria Estatutária e do Conselho de administração, no valor de R\$ 1.446.662,20 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais).

(iv) *eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;*

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, três, e, no máximo, cinco membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes ocorre da seguinte forma:

(i) os acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal; tendo igual direito os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

(ii) os demais acionistas com direito a voto presentes na Assembleia Ordinária terão o direito de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item anterior, mais um.

O Acionista ou o grupo de Acionistas que desejar indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente deverá comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Instrução CVM 481.

O Anexo E contém as informações sobre os candidatos indicados pela atual Administração da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481 e/ou indicados por acionistas não controladores, em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, para o Conselho Fiscal conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

(v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015;

Conforme previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo F traz, ainda, proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a saber: remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$ 585 mil.

VII. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado. No Anexo J, os Senhores Acionistas poderão encontrar, ainda, a indicação do local em que as demais informações e documentos exigidos nos termos da regulamentação aplicável e não apresentados neste Manual encontram-se disponíveis.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Anexo A	MODELO DE PROCURAÇÃO	-
Anexo B	COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	Artigo 9º Inciso III da Instrução CVM 481, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.
Anexo C	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481
Anexo D	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	Artigo 196 da Lei das S.A. e Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015.
Anexo E	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	Artigo 10 da Instrução CVM 481 e itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo F	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	Artigo 12 da Instrução CVM 481 e item 13 do Formulário de Referência.
Anexo G	DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS	Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481.
Anexo H	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	Edital de Convocação para a Assembleia.

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 24 de março de 2016.

MARCO AURÉLIO SALVANY

Diretor Presidente

THIAGO PIOVESAN

Diretor Vice-Presidente Administrativo

Financeiro e Relações com Investidores

*_*_*

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Dr. Marcelo Bervian, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS n.º 36.186, CPF 590.626.300-49, com endereço profissional na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2016, às 13h, na sede social da Companhia, na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Ordinária:

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2016.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2016.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.

() Aprovação – Candidato(s) _____ () Desaprovação () Abstenção

(v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2016.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2016

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

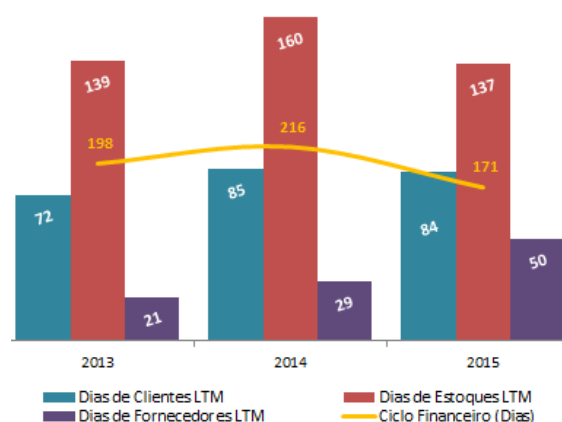
Seguem abaixo os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros, bem como os indicadores de liquidez referente aos três últimos exercícios:

Indicadores	2015	2014	2013
Margem Bruta	29,4%	23,9%	29,9%
Margem Operacional	-7,4%	-15,7%	2,0%
Margem Líquida	-30,8%	-31,3%	-9,9%
Liquidez Geral	94,4%	105,6%	114,1%
Liquidez Corrente	73,7%	102,4%	106,1%
Liquidez Seca	46,1%	66,7%	76,5%
Liquidez Imediata	7,5%	18,6%	38,1%
Perc. Cap Próprio	-5,9%	5,3%	12,3%
Perc. Cap de Terceiros	105,9%	94,7%	87,7%

ENDIVIDAMENTO

Em milhões de R\$

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Var. Dez/15 x Dez/14	Var. Dez/15 x Dez/13
Empréstimos e Financiamentos	72,1	245,3	424,3	-70,6%	-83,0%
Empréstimos e Financiamentos - Vinculado à US\$	531,6	303,2	237,4	75,3%	123,9%
Debêntures	127,9	125,8	57,6	1,6%	122,1%
Antecipação de Recebíveis	54,6	33,7	135,6	62,2%	-59,7%
Derivativos	-6,0	-12,2	-35,6	-51,1%	-83,3%
Endividamento bruto	780,3	695,8	819,2	12,1%	-4,8%
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	94,9	159,8	281,1	-40,6%	-66,2%
Endividamento líquido	685,4	536,0	538,1	27,9%	27,4%
EBITDA Ajustado (LTM)	85,9	42,1	100,0	104,1%	-14,1%
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado	8,0x	12,7x	5,4x	-4,8 p.p.	2,6 p.p.
EBITDA Ajustado/Despesas financeiras, líquidas	0,4x	0,5x	1,4x	-0,1 p.p.	-1,0 p.p.

Dias de Clientes, Estoques e Fornecedores


2013: As disponibilidades e aplicações financeiras totais foram de R\$ 281,1 milhões em 31/dez/13, 14% abaixo do saldo de R\$ 327,8 em 30/set/13 (e 56% superior aos R\$ 180,8 milhões em 31/dez/12), remunerados em grande parte por taxas variáveis de 98% a 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$819,2 milhões em 31/dez/13, redução de 5% sobre a posição de 30/set/13, destinando-se principalmente para: (i) capital de giro e (ii) investimentos na modernização do parque fabril.

A dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 538,1 milhões, com aumento de 1% sobre o saldo em 31/set/13 e de 2% sobre 31/dez/12, com esforços visando a otimização de capital de giro, incluindo redução nos estoques; melhora nos prazos de contas a pagar e a receber e aumento na recuperação de impostos.

Como objetivo permanente, buscamos o alongamento dos prazos de pagamento de nossa dívida. Entretanto, em função do refazimento das demonstrações financeiras, houve a transferência de empréstimos (R\$ 388,5 milhões), de debêntures (R\$ 57,6 milhões); de créditos imobiliários (R\$ 19,6 milhões) para o passivo circulante, mesmo com vencimento no longo prazo, foram para o curto prazo, tendo em vista a existência de contratos com previsão de índices financeiros (*covenants*) não cumpridos.

O saldo das debêntures em 31/12/13 incluindo a 1ª e 2ª emissões eram de R\$ 57,6 milhões no passivo circulante contra R\$ 77,1 milhões em 30/09/13. Com a reclassificação para o curto prazo, o cronograma de vencimentos a seguir ficou pressionado em 2013. A 1ª emissão de debêntures possui vencimento final em abril/14 e a 2ª emissão em 2016.

Com a representação espontânea das DFs, o resultado do cálculo dos índices financeiros se alterou (Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Líquida), ocorrendo a quebra dos *covenants*, razão pela qual, os empréstimos e financiamentos relativos a estes contratos, passaram automaticamente para o curto prazo.

Consequentemente, o saldo de debêntures, os financiamentos e a antecipação de créditos imobiliários que possuíam cláusulas de *covenants* nos contratos foram classificados no passivo circulante (transferidos de longo para curto prazo), em função do não atingimento dos indicadores se não eliminarmos os efeitos não recorrentes (repactuação da TMFL) no resultado, razão pela qual a Companhia convocou duas Assembleias Gerais de Debenturistas, uma para a 1ª e outra para a 2ª emissão, com 15 dias de antecedência mínima, tendo se realizado no dia 12/11/13.

Além disso, passamos a considerar a antecipação de recebíveis como dívida, mesmo sem haver direito de regresso, em atendimento à solicitação dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12/nov/13 para votação sobre a não liquidação antecipada da 1ª e 2ª emissões.

Todos os principais credores foram visitados ou contatados, visando explicar a situação transitória de quebra dos *covenants*. Não houve interesse por parte dos debenturistas na liquidação antecipada das duas emissões, como havia sido proposto inicialmente pela Companhia.

2014: As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram de R\$ 159,8 milhões em 31/dez/14, 24% abaixo do saldo de R\$ 210,2 em 30/set/14 e 43% inferiores aos R\$ 281,1 milhões de 31/dez/13, remunerados em grande parte por taxas que variam entre 98% e 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$ 695,8 milhões em 31/dez/14, o que significa uma redução de 3% sobre a posição de 30/set/14 e de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior, em linha com a política de adequação do nível de caixa, visando liquidar passivos mais onerosos, porém também em função dos vencimentos programados de parte do endividamento. Desta forma, a dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 536,1 milhões, representando um aumento de 5% sobre o saldo em 30/set/14 e estável em relação a 31/dez/13.

As debêntures totalizaram R\$ 125,8 milhões em 31/dez/14, somando a 2ª e a 3ª emissões. Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 1ª emissão, realizada em abril de 2010 cuja taxa era de DI + 4,1% e saldo de R\$ 15,7 milhões foi liquidado em abril de 2014;
- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui sete parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 27,3 milhões em 31/dez/14; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e *covenants* financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, e colabora com o processo de alongamento da dívida, com saldo de R\$ 98,5 milhões em 31/dez/14.

Ao longo de 2014, a Companhia realizou assembleias com debenturistas da 2ª e 3ª emissão para deliberar pelo não vencimento antecipado (*waiver*) face quebra dos índices financeiros e alteração do controle acionário da Taurus decorrente do aumento de capital. A Companhia obteve sucesso nas negociações refletindo na posição financeira a adequada classificação do vencimento das dívidas.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava R\$ 390 milhões de dívidas financeiras de curto prazo, montante superior em R\$ 252 milhões a posição de caixa e aplicações financeiras de curto prazo. A equalização e reestruturação dos vencimentos de parte relevante da dívida de curto prazo, é fator importante para viabilizar o processo de retomada do crescimento e a operação da Companhia neste exercício de 2015.

2015: As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R\$ 159,8 milhões de Dez/14.

O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R\$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em Dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R\$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

A Taurus possui em circulação duas séries de debêntures de R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui três parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 11,7 milhões em 31/dez/15; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e covenants financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, com saldo de R\$ 116,1 milhões em 31/dez/15.

Em 2015, foram realizadas negociações com as principais instituições credoras da Companhia, que culminaram, em fevereiro de 2016, com a conclusão do processo de coleta de assinaturas à Proposta Indicativa de Empréstimo não vinculante com o objetivo de promover o alongamento de parte significativa da dívida da Companhia, aproximadamente US\$ 132,5 milhões.

O ciclo financeiro da Companhia apresentou redução de 45 dias em 2015 em relação à 2014. É importante destacar a maior eficiência na gestão de estoques da Empresa, cujo prazo caiu 23 dias em 2015 em comparação à 2014, em um momento de crescimento significativo de produção, evidenciando uma evolução no giro de estoque da Companhia.

O prazo de pagamento a fornecedores, que passou de 29 dias em 2014, para 50 dias em 2015, também contribuiu para a redução do ciclo financeiro da Companhia. Destacam-se as melhores negociações com fornecedores visto o aumento de produção, justamente em um momento de mercado quando foi percebida contrações em diversas áreas do setor industrial no país.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

2013: Em 31 de dezembro de 2013, a quantidade de ações em circulação era de 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais, não tendo alterado a sua

estrutura societária desde a implementação da Reestruturação Societária. A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 12,33% recursos próprios e 87,67% de terceiros em 2012.

2014: A Companhia encerrou 2014 com 177.584.427 ações emitidas, sendo 92.832.547 ações ordinárias e 84.751.880 ações preferenciais. Cabe ressaltar que, em AGE de 19 dezembro de 2014 foi aprovado um grupamento de ações à razão de onze ações de cada espécie (ON e PN), para uma da respectiva espécie. Desta forma, a partir de 20 de janeiro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais passaram a ser negociadas de forma agrupada e com cotação unitária na BM&FBOVESPA.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 5,32% recursos próprios e 94,68% de terceiros em 2014. A estratégia da Companhia será a busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando em médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia. A recomendação da Administração para chamada de novo aumento de capital visando readequar esta relação deve ocorrer ao longo do ano de 2015.

2015: Em 31 de dezembro de 2015, a quantidade de ações em circulação era de 40.448.248 ações, divididas em 27.446.627 ações ordinárias e 13.001.621 ações preferenciais. Cabe destacar que Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício de Bônus de subscrição do acionista controlador Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) no valor de R\$ 11.701.400,00, assim, a partir dessa data, a quantidade de ações da Companhia passou a ser de 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais.

A Companhia fechou 2015 com um passivo a descoberto no valor de R\$ 61,1 milhões. Para a reversão desse quadro, a Companhia vem trabalhando em seu plano de reestruturação corporativa, envolvendo aspectos operacionais, financeiros e de gestão. Dentre as principais iniciativas deste plano vale destacar a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, implementação do sistema ERP SAP e o reperfilamento da dívida. Estas iniciativas proporcionarão uma melhora na captura de sinergias, maior produção, e melhora na geração de caixa da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há nenhum planejamento ou deliberação relativa ao resgate de ações ou quotas pela Administração ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

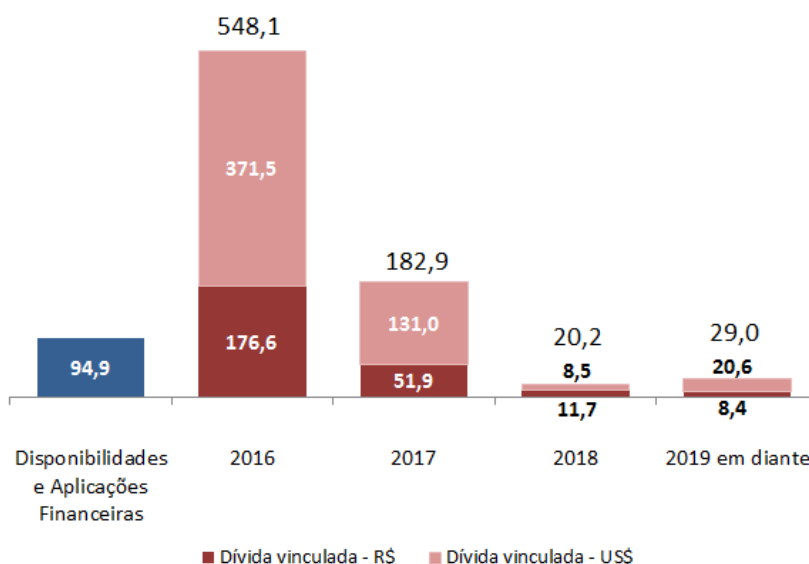
Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2015 disponibilidades e aplicações financeiras que somaram R\$ 94,9 milhões. Já o endividamento bruto da Companhia, em 2015, ficou em R\$ 780,3 milhões, conforme cronograma abaixo. Assim, a Companhia passa por um momento de caixa bastante desafiador. Contudo, a Administração da Companhia promoveu, ao longo de 2015, negociações com suas principais instituições, que culminaram, em fevereiro de 2016, com a conclusão do processo de coleta de assinaturas à Proposta Indicativa de Empréstimo não vinculante com o objetivo de promover o alongamento de parte significativa da dívida da Companhia, aproximadamente US\$ 132,5 milhões. Este movimento, aliado às demais iniciativas de reestruturação corporativa comentadas anteriormente, será de grande importância para o apoio na reversão deste quadro desafiador.

Cronograma de Vencimento da Dívida Consolidada

Em milhões de R\$



d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio sobre mercadorias embarcadas (ACE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Embarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como recursos próprios.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, conforme já descrito neste formulário, tendo como objetivos alongar o perfil da dívida, fortalecer o capital de giro para o crescimento dos negócios e fazer frente à volatilidade do mercado cambial.

Em 2015, como reforçado anteriormente, a Companhia irá buscar a readequação dos prazos de vencimento de suas dívidas como forma de equilibrar com a posição de caixa apresentada.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 21 – Partes relacionadas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Além desses pontos, determinam a manutenção de determinados índices financeiros: endividamento (dívida financeira líquida/EBITDA) inferior a 3,5 vezes; índice de cobertura de juros (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 2,75 vezes. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento. Todos os índices citados acima são calculados trimestralmente com base nos últimos doze meses. Ao longo de 2015, a Companhia realizou, com sucesso, assembleias com debenturistas para deliberar pelo não vencimento antecipado (*waiver*) face quebra dos índices financeiros. Quanto aos contratos de empréstimos e financiamentos, termos e condições, assim como seus prazos, custos e moedas, destacamos:

				Consolidado		
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento		Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Empréstimos bancários garantidos						
Capital de giro	R\$	CDI + 2,42 a 3,00%	2018	23.532	185.757	185.757
Descontos de Recebíveis	R\$	0,1536	2013	-	-	85
FINAME	R\$	TJLP + 4,40% a 5,40% aa	2014	-	96	96
FINAME	R\$	2,50% a 8,70% aa	2021	4.272	9.657	9.657
FINEP	R\$	TJLP + 0,16% aa	2014	-	-	1.919
FINEP	R\$	4% a 5,25% a.a.	2020	23.059	36.428	36.428
BNDES	R\$	3,50% a.a.	2020	9.678	5.210	5.210
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	5.641	8.461	8.461
BNDES PROGEREN	R\$	TJLP + 4% a 4,50% aa	2016	-	64.794	64.794
Capital de giro	USD	Libor + 1,55% a 5,6% aa	2017	154.932	149.530	149.530
Capital de giro	USD	3,05% a 5,20%	2016	47.923	127.389	127.389
Capital de giro	USD	80% a 100% do CDI	2016	106.183	21.812	21.812
Financiamento aquisição imóvel	R\$	15,52%	2017	0	196	196
Investimentos	USD	5,33%	2017-Beyond	19.712	12.889	12.889
Investimentos	USD	Libor + 2,25% aa	2017-Beyond	4.796	3.886	3.886
FINIMP	USD	Libor + 2,53% a 6,0905% aa	2016	11.889	33.100	33.100
Dell financing	USD	Custo 0%	2016	225	470	470
Total de passivos com incidência de juros				411.842	661.681	661.681

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os contratos de empréstimo e financiamento estão demonstrados no item anterior.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em agosto de 2011 e junho de 2014, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a 2ª e 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor nominal total de R\$ 50.000 e R\$ 100.000, respectivamente.

Para a 2ª emissão, o valor nominal unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 2 anos, iniciando em 23 de agosto de 2013. Estas debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Companhia no Brasil.

Para a 3ª emissão, valor nominal unitário será pago em 3 parcelas trimestrais, com carência de 2 anos, iniciando em 30 de junho de 2016. Estas debêntures não possuem garantia.

Sobre este valor incidirão juros remuneratórios calculados em regime de capitalização composta, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida de juros remuneratórios discriminados a seguir:

2015						
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	94.890	32.973	2.620	1.593	1.027
3ª emissão	Taxa DI + 3,25%					
2014						
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	15.933	109.898	2.840	1.200	1.640
3ª emissão	Taxa DI + 3,25%					
2013						
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	57.565	-	2.280	1.933	347
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%					

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os instrumentos de financiamento da Companhia preveem, em sua maioria, o vencimento antecipado de suas obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações relacionadas as debêntures, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia, realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures, manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes, onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes.

A administração da Companhia e de suas controladas monitoram estes índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas em grande parte integralmente.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Seguem os comparativos entre 2013, 2014 e 2015. A seguir, são destacadas, em milhares de reais, as principais alterações comparativas dos principais grupos do balanço patrimonial, da demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2014	2015
Ativo Total	1.184.094	979.763	1.022.340
AH	6,3%	-17,3%	4,3%
Ativo Circulante	782.672	574.283	591.905
AH	11,4%	-26,6%	3,1%
AV	66,1%	58,6%	57,9%
Caixa e Equivalentes de Caixa	281.119	104.536	60.312
AH	55,5%	-62,8%	-42,3%
AV	23,7%	10,7%	5,9%
Aplicações Financeiras	-	33.632	22.040
AH	-	-	-34,5%
AV	0,0%	3,4%	2,2%
Contas a Receber	161.660	139.720	192.076
AH	8,6%	-13,6%	37,5%
AV	13,7%	14,3%	18,8%
Estoques	218.269	200.524	221.861
AH	-16,5%	-8,1%	10,6%
AV	18,4%	20,5%	21,7%
Tributos a Recuperar	35.785	23.419	36.546
AH	-9,2%	-34,6%	56,1%
AV	3,0%	2,4%	3,6%
Despesas Antecipadas	9.059	11.533	19.239
AH	-0,3%	27,3%	66,8%
AV	0,8%	1,2%	1,9%
Outros Ativos Circulantes	76.780	60.919	39.831
AH	22,6%	-20,7%	-34,6%
AV	6,5%	6,2%	3,9%
Ativo Não Circulante	401.422	405.480	430.435
AH	-2,6%	1,0%	6,2%
AV	33,9%	41,4%	42,1%
Ativo Realizável a Longo Prazo	50.814	66.807	63.796
AH	-10,0%	31,5%	-4,5%
AV	4,3%	6,8%	6,2%
Investimentos	14.543	13.401	12.004
AH	-8,5%	-7,9%	-10,4%
AV	1,2%	1,4%	1,2%
Imobilizado	268.484	257.222	273.189
AH	-3,6%	-4,2%	6,2%
AV	22,7%	26,3%	26,7%
Intangível	67.581	68.050	81.446
AH	10,5%	0,7%	19,7%
AV	5,7%	6,9%	8,0%

BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2014	2015
Passivo Total	1.184.094	979.763	1.022.340
AH	6,3%	-17,3%	4,3%
Passivo Circulante	737.474	560.708	802.939
AH	15,5%	-24,0%	43,2%
AV	62,3%	57,2%	78,5%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.768	25.095	33.075
AH	9,2%	-15,7%	31,8%
AV	2,5%	2,6%	3,2%
Fornecedores	32.978	36.321	81.224
AH	-5,7%	10,1%	123,6%
AV	2,8%	3,7%	7,9%
Obrigações Fiscais	18.287	17.621	26.562
AH	-25,8%	-3,6%	50,7%
AV	1,5%	1,8%	2,6%
Empréstimos e Financiamentos	446.095	274.798	307.546
AH	6,9%	-38,4%	11,9%
AV	37,7%	28,0%	30,1%
Outras Obrigações	196.451	158.111	311.103
AH	52,2%	-19,5%	96,8%
AV	16,6%	16,1%	30,4%
Provisões	13.895	48.762	43.429
AH	159,4%	250,9%	-10,9%
AV	1,2%	5,0%	4,2%
Passivo Não Circulante	300.627	366.940	279.517
AH	9,7%	22,1%	-23,8%
AV	25,4%	37,5%	27,3%
Empréstimos e Financiamentos	273.151	341.719	232.159
AH	6,9%	25,1%	-32,1%
AV	23,1%	34,9%	22,7%
Outras Obrigações	9.495	6.178	5.719
AH	-6,0%	-34,9%	-7,4%
AV	0,8%	0,6%	0,6%
Tributos Diferidos	12.872	9.803	717
AH	122,8%	-23,8%	-92,7%
AV	1,1%	1,0%	0,1%
Provisões	5.109	9.240	40.922
AH	92,7%	80,9%	342,9%
AV	0,4%	0,9%	4,0%

BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2014	2015
Passivo Total	1.184.094	979.763	1.022.340
Patrimônio Líquido Consolidado	145.993	52.115	- 60.116
AH	-27,6%	-64,3%	-215,4%
AV	12,3%	5,3%	-5,9%
Capital Social Realizado	257.797	324.876	364.735
AH	0,0%	26,0%	12,3%
AV	21,8%	33,2%	35,7%
Reservas de Capital	- 73.891	- 40.996	- 29.295
AH	0,0%	-44,5%	-28,5%
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 99.659	- 317.290	- 566.155
AH	383,7%	218,4%	78,4%
AV	-8,4%	-32,4%	-55,4%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.483	36.685	31.739
Ajustes Acumulados de Conversão	24.263	48.840	138.860

(1) A variação no ativo circulante foi menor em R\$ 186,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, 23,9% inferior a 31 de dezembro de 2013, explicado principalmente por: (i) a empresa, conservadoramente em 2013, elevar o nível de disponibilidades para um possível vencimento debêntures que havia na época; compensado parcialmente pela (ii) redução de estoques como foi previsto pela administração nas diretrizes estabelecidas em 2012, com a redução do tempo de atravessamento das peças e tornar a produção mais eficiente por meio do *lean manufacturing*.

(2) A redução 42,3% na conta caixa e equivalentes em 2015 comparado a 2014 foi compensada pelo aumento no contas a receber da Companhia, fazendo com que seu ativo circulante tivesse em leve aumento de 3,1% em 2015 em relação a 2014.

(3) As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R\$ 159,8 milhões de Dez/14. O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R\$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R\$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

(4) As debêntures totalizaram R\$ 127,9 milhões em 31/dez/15, somando a 2ª e a 3ª emissões. Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 1ª emissão, realizada em abril de 2010 cuja taxa era de DI + 4,1% e saldo de R\$ 15,7 milhões foi liquidado em abril de 2014;
- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui sete parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 27,3 milhões em 31/dez/14; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e covenants financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, e colabora com o processo de alongamento da dívida, com saldo de R\$ 98,5 milhões em 31/dez/14.

(5) Em 31/dez/15, a Companhia passou a operar com Passivo a descoberto de R\$ 61,1 milhões gerado principalmente pelos prejuízos acumulados dos últimos anos, que foi parcialmente compensado pelo aumento de capital homologado em 29/set/2015.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2013	2014	2015
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	807.340	591.536	823.809
AH	15,2%	-26,7%	39,3%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	- 565.619	- 450.272	- 581.736
AH	30,3%	-20,4%	29,2%
AV	70,1%	76,1%	70,6%
Resultado Bruto	241.721	141.264	242.073
AH	-9,4%	-41,6%	71,4%
AV	29,9%	23,9%	29,4%
Despesas/Receitas Operacionais	- 225.692	- 234.124	- 303.000
AH	23,6%	3,7%	29,4%
AV	28,0%	39,6%	36,8%
Resultado Antes do Result. Financ. e dos Trib.	16.029	- 92.860	- 60.927
AH	-81,0%	-679,3%	-34,4%
AV	2,0%	-15,7%	-7,4%
Resultado Financeiro	- 73.595	- 92.181	-218.575
AH	65,2%	25,3%	137,1%
AV	-9,1%	-15,6%	-26,5%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	- 57.566	-185.041	-279.502
AH	-245,3%	221,4%	51,0%
AV	-7,1%	-31,3%	-33,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	- 22.744	- 381	25.692
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	- 80.310	-185.422	-253.810
AV	-9,9%	-31,3%	-30,8%
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	-
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	- 80.310	-185.422	-253.810
AH	-31,5%	130,9%	36,9%
AV	-9,9%	-31,3%	-30,8%

(6) Em 2015, a receita líquida atingiu R\$ 823,8 milhões, aumento de 39,3% frente aos R\$ 591,5 milhões registrados em 2014. Os destaques ficaram por conta da retomada do mercado americano, que havia se contraído em 2014, e, principalmente, da recuperação de market share da Companhia nesse país, além da taxa de câmbio favorável às exportações.

(7) Em 2013, o mercado norte-americano apresentou crescimento tendo em vista as propostas feitas pelo governo Obama com a finalidade de restringir a aquisição de armas. Apesar de tais medidas não terem sido aprovadas no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano fosse às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de

armas -, o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013.

(9) Diante deste cenário, a concorrência em 2014 foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.

(10) As despesas operacionais somaram R\$ 303,0 milhões em 2015, avanço de 29,4% em relação ao apresentado no ano anterior. Já as despesas operacionais ajustadas pelos eventos não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, somaram R\$ 208,9 milhões, praticamente estáveis frente às despesas operacionais ajustadas de 2014. Cabe lembrar que as despesas ajustadas de 2015 ainda incluem atualizações dos valores de provisões, os quais representaram incremento de despesa de aproximadamente R\$ 30,7 milhões, sendo deste valor o montante de R\$ 22,3 milhões relacionado às provisões para causas trabalhistas reconhecidos no segundo semestre de 2015.

(11) Em 2015, o resultado financeiro ficou negativo em R\$ 218,5 milhões, fortemente impactado pela conta de variação cambial que ficou negativa em R\$ 162,8 milhões devido à desvalorização cambial do período. No fechamento de 2015 o Real estava 47,0% mais desvalorizado que o dólar norte americano. Cabe lembrar que a Companhia fechou dezembro de 2015 com cerca de 68% de seu endividamento vinculado à moeda norte americana.

(12) Em 2014, a Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram prejuízo de R\$ 185,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 80,3 milhões em 2013. As razões da apresentação deste resultado – aquém do esperado pela Administração da Companhia – foram evidenciadas e detalhadas nos itens anteriores do presente relatório, sendo as principais: (i) forte retração conjuntural do mercado norte-americano de armas, (ii) perda de rentabilidade em função da redução dos volumes e improdutividade, e (iii) provisões registradas face aumento na probabilidade de perda em processos cíveis.

(13) Em 2015, o resultado foi negativo em R\$ 253,8 milhões, impactado, principalmente, pelos itens não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, que somaram R\$ 103,3 milhões; e pelo impacto da conta variação cambial no resultado financeiro, de R\$ 162,8 milhões.

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO	2013	2014	2015
Caixa no Início do Período	180.781	281.119	104.536
AH	11,4%	55,5%	-62,8%
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	101.710	51.512	79.189
AH	67,1%	-49,4%	53,7%
Prejuízo Antes de IR e CSLL	-57.566	-185.041	-279.502
AH	-39,6%	221,4%	51,0%
AV	-56,6%	-359,2%	-353,0%
Depreciação e Amortização	35.307	33.342	35.300
AH	13,0%	-5,6%	5,9%
AV	34,7%	64,7%	44,6%
Custo do Ativo Permanente Baixado	6.142	3.378	17.999
AH	-12,1%	-45,0%	432,8%
AV	6,0%	6,6%	22,7%
Equivalência Patrimonial	1.349	1.142	1.398
AH	-254,2%	-15,3%	22,4%
AV	1,3%	2,2%	1,8%
Provisões	86.875	137.234	291.946
AH	-38,6%	58,0%	112,7%
AV	85,4%	266,4%	368,7%
Variações de Ativos e Passivos	48.562	65.693	14.527
AH	-176,5%	35,3%	-77,9%
AV	47,7%	127,5%	18,3%
Pagamento de IRPJ e CSLL	-20.084	-5.407	-2.610
AH	0,0%	-73,1%	-51,7%
AV	-19,7%	-10,5%	-3,3%
Outros	1.125	1.171	131
AH	-65,0%	4,1%	-88,8%
AV	1,1%	2,3%	0,2%

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO (Cont.)	2013	2014	2015
Atividades de Investimento	-28.247	-71.185	-25.623
AH	-70,5%	152,0%	-64,0%
No Imobilizado	-26.271	-14.646	-39.717
AH	-55,3%	-44,3%	171,2%
AV	93,0%	20,6%	155,0%
No Intangível	-1.976	-1.315	-6.504
AH	-38,0%	-33,5%	394,6%
AV	7,0%	1,8%	25,4%
Em Investimentos	0	-55.224	20.598
AH	-	-	-137,3%
AV	0,0%	77,6%	-80,4%
Atividades de Financiamento	26.875	-156.911	-97.788
AH	-49,8%	-683,9%	-37,7%
AV	-95,1%	220,4%	381,6%
Empréstimos Tomados	296.431	283.465	379.362
AH	-10,1%	-4,4%	33,8%
AV	1103,0%	-180,7%	-387,9%
Pagamentos de Empréstimos	-219.401	-450.063	-486.028
AH	1,4%	105,1%	8,0%
AV	-816,4%	286,8%	497,0%
Pagamento de Juros sobre os Empréstimos	-42.801	-57.392	-42.682
AH	10,8%	34,1%	-25,6%
AV	-159,3%	36,6%	43,6%
Aumento de Capital	0	67.079	39.859
AH	-	-	-40,6%
AV	0,0%	-42,7%	-40,8%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	11.701
AH	-	-	-
AV	0,0%	0,0%	-12,0%
Outros	-7.354	0	0
AH	8760,2%	-	-
AV	-27,4%	0,0%	0,0%
Aumento (Redução) de Caixa	100.338	-176.584	-44.222
AH	440,8%	-276,0%	-75,0%
Caixa no Fim do Período	281.119	104.535	60.314
AH	55,5%	-62,8%	-42,3%

(13) Em 2014 houve geração negativa de Fluxo de Caixa Livre depois das atividades de investimento e financiamento de R\$ 176,6 milhões, enquanto que em 2013 foi positivo em R\$ 100,3

milhões. Já em 2015, a Companhia apresentou geração de caixa operacional de R\$ 79,1 milhões, aumento de 53,6% em relação a geração de caixa operacional em 2014.

(14) Em abril de 2014, os acionistas da Companhia deliberaram por um aumento de capital via subscrição particular no ambiente da BM&FBOVESPA que, após duas rodadas de sobras, totalizou R\$ 67 milhões.

(15) Na AGE de 29/09/2015 foi homologado o aumento de capital aprovado na AGE de 15/07/2015, no valor de R\$ 39.858.904,40. Em 06/01/16, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$11.701.400,00, decorrente do exercício, pelo acionista Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), de 7.135.000 bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R\$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015. Em 31/12/2015 este valor foi contabilizado como adiantamento para aumento de capital.

(16) Os resultados dos exercícios de 2012 e 2013 foram altamente impactados pela venda do ativo TMFL. Em 2012, o impacto da venda e de sua posterior repactuação foi na ordem de R\$ 140 milhões negativos, enquanto que em 2013, o impacto foi de R\$ 23 milhões negativos. Destes montantes, o efeito líquido no caixa da Companhia foi negativo em R\$ 5,8 milhões em 2012 e de R\$ 8,6 em 2013.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), montagem (manual),

acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. O mercado de exportação figura como o principal do segmento de armas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. As vendas de capacetes são majoritariamente para o mercado interno.

Outros – resultado do segmento de forjados, linha desativada ao final de 2013, e MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal) para terceiros (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.); e produtos plásticos (Taurus Blindagens Ltda.).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Armas

- entre o final de 2012 e início de 2013, o mercado norte-americano foi afetado positivamente por medidas restritivas a aquisição de armas propostas pelo governo Obama. Apesar de tais medidas não terem sido aprovados no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano ir às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de armas - o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013. Em 2014, o NICS apresentou queda de 11,6% em relação a 2013, e de 5% em relação a 2012;
- diante deste cenário, a concorrência em 2014 também foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.
- 2015 foi marcado por uma importante recuperação nas vendas nos EUA, registrando incremento de 97,3% em relação a 2014, somando R\$ 542,5 milhões. Este crescimento é bastante significativo, visto que, no período, o índice NICS (*National*

Instant Background Check System), estatística do FBI, que permite apurar intenções de compras de armas nos EUA, cresceu apenas 8,8%, representando uma forte recuperação de *market share* da companhia. Além disso, o câmbio do período foi favorável às exportações

Capacetes

- redução na demanda por capacetes em 2014 quando comparada a 2013 e 2012;
- redução nos preços de venda visando aumento no volume, manutenção do market share e giro nos estoques;
- redução no preço médio dos capacetes também em função do mix vendido; e
- aumento nos custos de mão-de-obra em função dos ajustes salariais acima da inflação aprovados nas unidades fabris.
- 2015 foi um ano desafiador para o segmento de capacetes dado o período adverso da economia brasileira, com elevações constantes nos índices de inflação e desemprego, além de projeções de crescimento negativo para o PIB doméstico. Em 2015 foi realizado um rebalanceamento de produção, quando se reduziu a produção na planta de Mandirituba/PR e aumentou-se a produção na planta de Simões Filho/BA com o objetivo de alcançar maior eficiência tributária.

Outros

- descontinuidade da operação de forjaria para terceiros no final de 2013, que atualmente atende apenas a demanda interna da Companhia na fabricação de armas;
- mix de produtos vendidos em 2014 mais favorável à Companhia em relação a 2013 e 2012.
- Em 2015, segmento impactado negativamente pelos déficits orçamentários dos governos, o que reduziu o número de licitações em 2015.

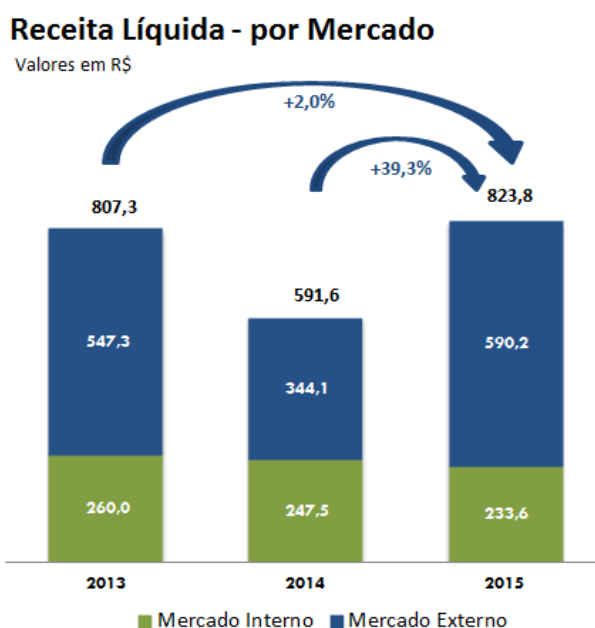
Outros fatores geraram impactos relevantes no exercício de 2015 tais como:

- A transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo provocou uma limitação na produção, em dezembro/15;

- Reconhecimento de atualização de provisões para contingências para refletir as perdas prováveis estimadas;
- Elevação da valorização do dólar frente ao Real impactando o resultado financeiro.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Em 2015, a receita líquida atingiu R\$ 823,8 milhões, aumento de 39,3% frente aos R\$ 591,5 milhões registrados em 2014. Os destaques ficaram por conta da retomada do mercado americano, que havia se contraído em 2014, e, principalmente, da recuperação de *market share* da Companhia nesse país, além da taxa de câmbio favorável às exportações.

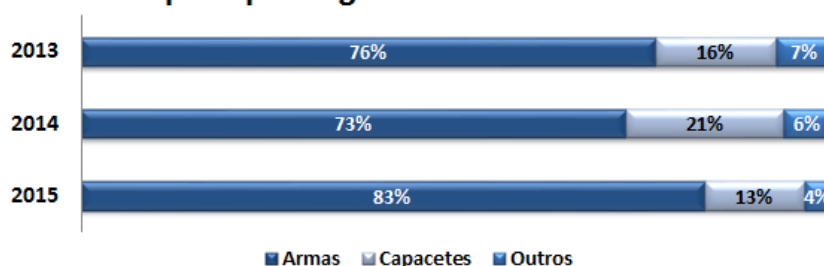


As exportações cresceram 71,5% em 2015 em relação a 2014, atingindo R\$ 590,2 milhões. Os EUA, principal destino das exportações, tiveram suas vendas incrementadas em 96,3% frente ao ano anterior, fazendo com que a participação do mercado norte-americano na receita líquida consolidada crescesse de 47% em 2014 para 66% no 2015. Cabe ressaltar que a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo provocou uma limitação na produção em dezembro/15 e janeiro/16, limitando, por sua vez, os embarques para aquele país. Caso contrário poderia ter sido verificado um desempenho superior de vendas nos EUA. As vendas para outros países somaram R\$ 42,4 milhões no acumulado de 2015, 34,7% inferior ao acumulado de 2014, gerando uma redução na participação nas

vendas para outros países de 11% em 2014 para 5% em 2015. No mercado brasileiro, a receita líquida foi de R\$ 233,6 milhões em 2015, recuo de 5,6% em relação a 2014, fazendo com que a participação do mercado brasileiro na receita líquida caísse de 42% em 2014 para 28% em 2015.

A distribuição por segmento de negócio da receita líquida consolidada mostra que o segmento de armas curtas e longas continua representando a maior fatia das vendas da Taurus (83%), seguido de capacetes (13%) e outros produtos (4%) como plásticos, bauletos, M.I.M. e coletes.

Receita Líquida por Segmento



I. Armas

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações deste segmento são realizadas pela Forjas Taurus S.A. em São Leopoldo/RS e Taurus Holdings, Inc. nos Estados Unidos.

RECEITA LÍQUIDA Em milhões de R\$	Variação				
	2015	2014	2013	2015/2014	2015/2013
Armas	684,4	430,0	621,1	59,2%	10,2%
Brasil	100,0	90,3	79,5	10,8%	25,7%
Região Sudeste	44,1	26,0	21,2	69,7%	108,2%
Região Sul	22,4	19,1	23,4	16,8%	-4,2%
Região Nordeste	16,9	20,7	18,7	-18,2%	-9,6%
Região Norte	3,1	9,5	6,0	-66,9%	-47,7%
Região Centro-Oeste	13,5	15,0	10,2	-10,0%	32,4%
Estados Unidos	542,5	275,0	511,5	97,3%	6,1%
Outros Países	41,9	64,7	30,1	-35,3%	39,1%
Exportação	584,3	339,7	541,6	72,0%	7,9%

As vendas líquidas de armas em 2015 foram de R\$ 684,4 milhões, 59,2% acima dos R\$ 430,0 milhões apresentados em 2014 e 10,2% superior ao acumulado de 2013. No mercado interno, os déficits orçamentários dos governos fizeram com que as compras governamentais ficassem pressionadas,

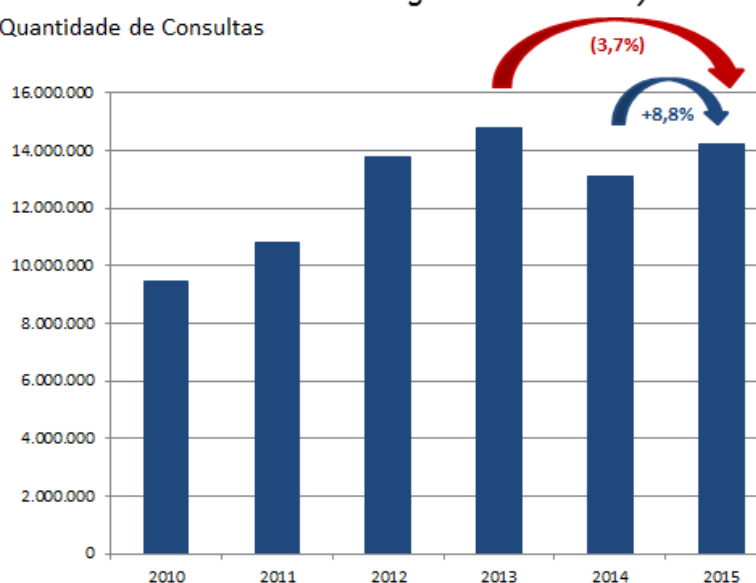
razão pela qual as vendas de armas no Brasil recuaram 10,8% em 2015 com relação à 2014, registrando R\$ 100,0 milhões no período. A Região Sudeste seguiu como principal destino das vendas nacionais e, registrando crescimento de 69,7% em 2015 frente a 2014, somaram R\$ 44,1 milhões.

No mercado externo, os destaques foram as vendas nos EUA, que no acumulado de 2015, registraram incremento de 97,3% em relação a 2014, somando R\$ 542,5 milhões. Este crescimento é bastante significativo, visto que, no período, o índice NICS (*National Instant Background Check System*), estatística do FBI, que permite apurar intenções de compras de armas nos EUA, cresceu apenas 8,8%, representando uma forte recuperação de *market share* da companhia, mesmo desconsiderando o efeito desvalorização cambial (em 2015 o dólar norte americano médio valorizou-se 41,7% em comparação ao dólar norte americano médio registrado em 2014).

Cabe lembrar que a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo provocou uma limitação na produção, em dezembro/15 e janeiro/16, limitando também, por sua vez, os embarques para aquele país no final do ano. Caso contrário poderia ter sido verificado um desempenho superior de vendas nos EUA.

NICS - *National Instant Background Check System*

Quantidade de Consultas



A margem bruta de armas atingiu 29,3% em 2015, apresentando expansão de 7,8p.p. frente a 2014. Esse aumento já é reflexo dos avanços operacionais que a Companhia vem implementando desde o início de 2015, promovendo ganhos de produtividade e sinergias, além da taxa de câmbio favorável sobre as exportações. É importante ressaltar que a base principal de custos da Companhia é em

Reais, e as receitas de exportação atreladas ao dólar norte americano representaram, no ano, mais de 70% da receita líquida total.

II. Capacetes

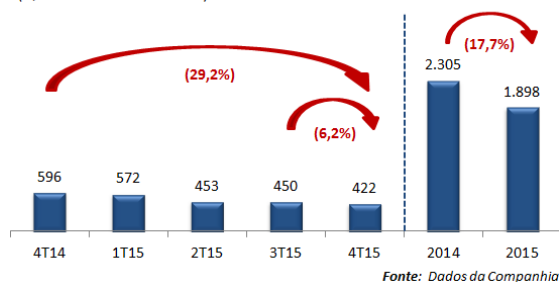
O segmento de capacetes é o segundo maior da Companhia, com produção nas unidades Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA, sendo a maior parte da produção destinada ao mercado interno.

RECEITA LÍQUIDA Em milhões de R\$	Variação				
	2015	2014	2013	2015/2014	2015/2013
Capacetes	110,5	124,5	127,6	-11,2%	-13,4%
Brasil	110,0	124,2	127,1	-11,5%	-13,5%
Região Sudeste	31,2	34,3	31,9	-9,2%	-2,3%
Região Sul	5,0	6,1	6,2	-18,0%	-19,3%
Região Nordeste	36,3	38,2	39,6	-4,9%	-8,3%
Região Norte	20,3	25,0	28,7	-18,6%	-29,3%
Região Centro-Oeste	17,2	20,6	20,7	-16,6%	-16,8%
Exportação	0,5	0,3	0,5	90,1%	4,2%

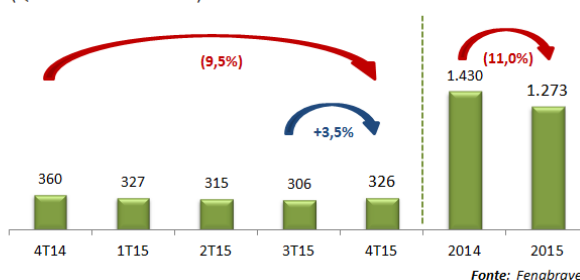
A receita líquida de capacetes em 2015 foi de R\$ 110,5 milhões, 11,2% abaixo dos R\$ 124,5 milhões apresentados no trimestre anterior. O mercado de capacetes passa por um momento desafiador, dado o período adverso da economia brasileira, com elevações constantes nos índices de inflação e desemprego, além de projeções de crescimento negativo para o PIB doméstico. Em 2015 foi realizado um rebalanceamento de produção, quando se reduziu a produção na planta de Mandirituba/PR e aumentou-se a produção na planta de Simões Filho/BA com o objetivo de alcançar maior eficiência tributária.

No gráfico abaixo é possível verificar as vendas de motocicletas, importante balizador de mercado, que, em 2015, acumulou retração de 11,0%, ao passo que as vendas de capacetes, no ano, da Companhia, registram queda de 17,7% comparativamente a 2014.

Evolução das Vendas Físicas de Capacetes Taurus
(Quantidade em Milhares)



Evolução das Vendas Físicas de Motocicletas no Brasil
(Quantidade em Milhares)



Devido a este ambiente de mercado desafiador, no acumulado de 2015, a margem bruta de capacetes registrou 30,2%, recuo de 2,3p.p. em comparação com 2014.

III. Outros Produtos

Além de armas e capacetes, a Taurus também possui outros segmentos como a fabricação de *containers* plásticos, bauletos, e peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*). Apenas o M.I.M. é fabricado na unidade da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. em São Leopoldo/RS, todos os outros produtos são produzidos na unidade do Paraná – Taurus Blindagens.

RECEITA LÍQUIDA Em milhões de R\$	Variação				
	2015	2014	2013	2015/2014	2015/2013
Outros	29,0	37,1	58,7	-21,9%	-50,6%
Brasil	23,6	33,0	53,4	-28,4%	-55,8%
Exportação	5,4	4,1	5,3	30,4%	1,8%

Em 2015, a receita deste segmento atingiu R\$ 29,0 milhões, 21,9% inferior aos R\$ 37,1 milhões registrados em 2014. Este movimento também está relacionado aos déficits orçamentários dos governos, o que reduziu o número de licitações em 2015.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia adotou uma estratégia financeira de buscar operações de hedge cambial e de juros, por meio de instrumentos financeiros derivativos, por meio de operações de hedge, minimizando a volatilidade, o impacto financeiro nas despesas, receitas

financeiras e demais contas do balanço, com consequente redução do impacto negativo no resultado da Companhia.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

2011/2012: Alienação do ativo TMFL – Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

Em setembro de 2011 a Administração decidiu pela alienação da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. A partir daquela data, a participação na controlada Taurus Máquinas foi reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e reclassificada para ativos mantidos para venda nas demonstrações financeiras individuais. Os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados, nas demonstrações financeiras consolidadas, como “mantido para venda”. Os seus resultados passaram a ser destacados em linha específica na demonstração de resultados. Provisão para perda com redução no valor recuperável de ativos foi registrada para os ativos que apresentaram valor contábil superiores aos valores justos, menos despesas para vendas. A tabela abaixo demonstra os saldos das transações classificadas como atividade descontinuada até a venda das atividades de máquinas pelo Grupo.

	<u>2012</u>
Prejuízo do período das operações descontinuadas	
Receitas	19.733
Despesas	(154.724)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	<u>(134.991)</u>

Em 21 de junho de 2012 a Forjas Taurus S.A. concluiu a venda das atividades operacionais da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”) para a Renill Participações Ltda. (“RPL”), conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre as partes.

A empresa vendedora foi a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”), com a anuência da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (“TIIL”), por meio da constituição de uma empresa denominada SM Metalurgia Ltda. (“SML”) cujo capital subscrito no valor de R\$ 115.350, representando o montante final da alienação, mediante integralização de bens imóveis, máquinas e estoques.

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R\$ 115.350.

2013: Repactuação da alienação da SM Metalurgia Ltda.

A Companhia alienou, em 2012, a SM Metalurgia Ltda. para Renill Participações Ltda. Em 2013, após repactuação de preço do valor global do contrato o saldo do principal passou de R\$ 115.350 para R\$ 57.520 sujeito a correção pela TJLP e juros de 1,8% ao ano desde a assinatura do contrato a serem pagos da seguinte forma:

Nº de Parcelas	Valor das Parcelas do principal	Vencimentos
1	1.960	Fornecimento de peças
2	2.055	30/06/2014 e 30/12/2014, não recebidas até esta data.
14	3.675	a partir de 30/06/2015, parcelas semestrais.

Em 2014, o saldo a receber é composto conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Valor de venda (repactuado)	57.520	57.520
Atualização monetária do contrato	10.693	6.345
Valor recebido	(873)	(293)
Saldo a receber	67.340	63.572
Provisão para perda	(67.340)	(62.991)
Total*	-	581

(*) Montante registrado na rubrica de outras contas a receber no ativo circulante.

A Companhia manteve a provisão para perda registrada em 2013 e atualizou para 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 67.340 tendo em vista que: i) entende ter havido deterioração das condições de crédito; ii) ainda não concluiu a formalização plena das garantias da operação; iii) pelo fato do comprador ser uma empresa Limitada e estar em recuperação judicial.

2013/2014/2015: Desativação da linha de Produção e Prestação de Serviços de Forjaria para Terceiros

Ao final de 2013 a Administração da Companhia, alinhada com as mudanças estruturais e na estratégia de concentrar esforços nos segmentos de maior valor agregado, decidiu pela desativação da linha de produção e prestação de serviços de forjaria para terceiros da controlada Polimetal. As máquinas e equipamentos foram disponibilizados para a venda, tendo sido registradas em rubrica específica nas demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 5.588, representado pelo o menor entre o saldo contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. As receitas de serviço da forjaria a terceiros representam menos de 5% das vendas da Companhia. As demais atividades industriais da Polimetal continuam normalmente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Maio de 2012: a aquisição do controle da Heritage Manufacturing, Inc., empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage é uma empresa que orgulhosamente produz uma lenda americana, o revólver Single Action, reforçando a posição de liderança mundial na produção de revólveres.

Janeiro de 2012: aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda. no valor de R\$ 14 milhões, sendo pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 2,8 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (Metal Injection Molding). Pelo contrato de compra e venda assinado entre as partes, o controle dessa empresa passou para a Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. a partir de 1º de janeiro de 2012, data em que efetivamente ocorreu a conclusão do negócio e houve a transferência das quotas representativas da totalidade do capital social da mesma.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

a) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor.

10.5. Políticas contábeis críticas.

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

b. Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

b.1 – Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

c. Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos que visam assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação destes instrumentos, cujo objetivo é a proteção, é realizada por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado.

Os efeitos das operações com derivativos estão registrados no resultado em contas de receitas ou despesas financeiras.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor.

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são desenvolvidos pela Administração sob a supervisão do Vice-Presidente Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, e acompanhados pelo Comitê de Auditoria e Riscos. São executados pelos Administradores e funcionários com o objetivo de atingir segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras para uso externo, de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia e de suas controladas sobre o processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras incluem as políticas e os procedimentos necessários à

manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem com exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme as normas internas e são imprescindíveis para as operações da Companhia e de suas controladas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia, por meio de seus Auditores Internos, Comitê de Auditoria e Riscos, Auditores Externos Independentes, referente ao processo de preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31/dez/15 e concluiu que os controles internos da Companhia e controladas referentes à preparação daquelas demonstrações são eficazes na administração relevante de riscos e processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores da KPMG não identificaram durante os trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações relevantes sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia mantém contínuo aprimoramento dos controles internos e a área de tecnologia de informação vem desenvolvendo projetos de automação de automação e custos para dentro do sistema de gestão corporativo.

10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.

Em 29/09/2015 os acionistas da Companhia, reunidos em AGE, homologaram o aumento de capital aprovado na AGE de 15/07/2015, no valor de R\$ 39.858.904,40. Em 06/01/2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício de Bônus de subscrição do Acionista controlador, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), no valor de R\$11.701.400,00, que em 31 de dezembro de 2015 foi contabilizado com adiantamento para aumento de capital.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, houve a 3ª emissão de debêntures não conversíveis no valor de R\$ 100 milhões, cujo ingresso de recursos na Companhia ocorreu em 30 de junho de 2014.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve nenhuma oferta pública realizada pela Companhia.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos destinaram-se, principalmente, para: (i) gestão do endividamento da Companhia e suas controladas; (ii) financiamento da necessidade de capital de giro; (iii) investimentos na modernização do parque fabril; e (iv) financiamento das exportações.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2015.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2015.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2015.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Perspectivas

Ao analisar os fundamentos do setor de armas para 2016, a Administração da Companhia acredita na manutenção do crescimento do mercado americano, principal destino das exportações da Companhia, e em novos ganhos de market share naquele país. Estes ganhos são fundamentados na melhor percepção da marca Taurus ocorrida em 2015, em razão dos ganhos de qualidade obtidos através do processo de reestruturação operacional implementado.

No mercado interno, a perspectiva é de que as compras governamentais permaneçam limitadas, haja visto os orçamentos dos governos ainda contraídos e a delicada situação política que se encontra o país.

Com relação às margens operacionais, 2016 deverá ser um ano de novas expansões nesses indicadores, em especial na margem bruta, a qual deverá capturar de forma mais concreta os ganhos decorrentes da nova formatação do processo produtivo, dos ganhos de produtividade e dos incrementos de produção previstos. No que tange a novos mercados, a Companhia trabalha no desenvolvimento de novos produtos com altos níveis de resistência e confiabilidade, o que ampliará as oportunidades de venda da Empresa.

Para o mercado de capacetes, a estimativa é de mais um ano desafiador em 2016, tendo em vista o atual momento econômico brasileiro desfavorável, com projeções de crescimento negativas, índices de inflação e desemprego em patamares elevados, além da alta taxa de juros e um mercado de crédito restrito. Neste contexto, as perspectivas de crescimento são limitadas. 2016 será um ano de ajustes internos, com a concentração da produção de capacetes na planta de Simões Filho na Bahia, na busca de maior eficiência fiscal, para fortalecer o segmento, visando uma retomada do crescimento no futuro.

Do lado financeiro, a Companhia segue com a perspectiva de crescimento na geração de caixa com a melhora no capital de giro, além do crescimento do volume de vendas e produção. Estima-se que será concluído o processo de alongamento do endividamento da Companhia, o qual já passou por importantes avanços em 2015 e início de 2016.

Por fim, a Administração ressalta que confia na reestruturação em curso e nos resultados positivos que deverão ser alcançados em 2016, sustentando o crescimento da Companhia nos próximos anos e colocando-a em um novo patamar competitivo em nível internacional.

Guidance

Em 2013 e 2014, a Companhia já havia optado por não fornecer estimativas de receita e de EBITDA, tendo em vista o momento de transição, não só do modelo de gestão de manufatura como da nova diretoria. Em linha com as decisões anteriores, a Administração optou novamente por não prover estimativas de resultados para 2016 até que se tenha estabilizado os níveis de produção, processos e consolidação das ferramentas de gestão que permitam maior precisão para a divulgação de *guidance*.

Quanto ao CAPEX de 2015, a proposta da Administração para aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 66,3 milhões, distribuídos de forma a atender as necessidades atuais, destinando-se, desta forma, principalmente a melhorias na manufatura.

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Os investimentos consolidados realizados em 2015 somaram R\$33,2 milhões. Já no exercício de 2014 contabilizaram R\$ 16,0 milhões (R\$ 28,2 milhões em 2013).

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Em 21 de junho de 2012, foi concluída a venda das operações da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta e repactuação da mesma no dia 12 de setembro de 2013 não tendo nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Aquisições

Foram realizadas duas aquisições estratégicas em 2012, tendo o Conselho de Administração da Companhia aprovado em:

- **01 de janeiro de 2012 a aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda.** no valor de R\$ 14 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo

método de M.I.M. (*Metal Injection Molding*); e.

- **02 de maio de 2012, a aquisição do controle da Heritage Manufacturing Inc.**, empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage produz revólveres, ampliando nosso portfolio de produtos.

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

Em função da Lei 544/11, novos projetos vem sendo desenvolvidos, visando atender à nova política de reaparelhamento do Estado prevista na nova Lei sancionada dia 22 de março de 2012, com alto índice de nacionalização.

Existem novos projetos em andamento no segmento de defesa e segurança, para fabricação de armas curtas e armas longas, bem como no segmento de capacetes para motociclistas.

10.11. Outros fatores com influência relevante.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

*_*_*

ANEXO C

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

Tendo em vista a apuração de prejuízo de R\$ 253,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia não apresentará à Assembleia a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

Com relação ao dividendo obrigatório da Companhia, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função do prejuízo gerado, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não proporá pagamento de dividendos para o exercício.

Portanto, o Anexo 9-1-II previsto no Art. 9º parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/nº02/2015, não está sendo apresentado.

ANEXO D

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Descrição	Investimentos	
	R\$ Milhões	USD Milhões
Forjas Taurus - Unidade São Leopoldo (RS)		
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	11,7	3,1
Modernização e ampliação da capacidade	15,8	4,2
Tecnologia da informação	4,6	1,2
Segurança Patrimonial	0,2	0,0
	32,3	8,5
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades PR e BA		
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	2,0	0,5
Modernização e ampliação da capacidade	0,3	0,1
	2,3	0,6
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)		
Modernização e ampliação da capacidade	6,1	1,6
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	0,3	0,1
Segurança Patrimonial	0,1	0,0
	6,5	1,7
CAPEX - Forjas Taurus S.A. Consolidado Brasil	41,0	10,8
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)		
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	16,4	4,3
Modernização e ampliação da capacidade	1,1	0,3
Tecnologia da informação	7,8	2,0
	25,3	6,6
CAPEX Forjas Taurus S.A - Consolidado	66,3	17,4

* Dolar R\$/USD 3,80

ANEXO E

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Até o momento, a Companhia não recebeu lista de candidatos indicados ou apoiados pela administração ou acionistas controladores, razão pela qual não estão sendo apresentadas informações sobre os eventuais candidatos, conforme art. 10 da Instrução 481 de 17 de dezembro de 2009.

No entanto, em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, a Companhia vem informar que o acionista não-controlador CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL apresentou os candidatos para a eleição do Conselho Fiscal. Deste modo, a Companhia proporciona ao mercado a mesma transparência e divulgação hoje dada caso houvesse candidatos propostos pela administração ou pelos acionistas controladores por força do art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, conforme recomendado pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:

Com a adesão da Companhia ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e nos termos do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia aprovado na AGE/AGE realizada em 26 de abril de 2013, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no próprio Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

12.6. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, em forma de tabela:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO ²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Reinaldo Fujimoto	58	Contador	152.783.101/97	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29.04.2016	N/A	AGO de 2017	N/A	Não
Mário Jorge Teixeira Sampaio	62	Bancário e Economiário	045.742.812/00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29.04.2016	N/A	AGO de 2017	N/A	Não

¹ Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

² Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação os membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, fornecer:

- a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando o nome da empresa, o cargo e as funções inerentes ao cargo, a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram o grupo econômico do emissor ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Reinaldo Fujimoto - 152.783.101-97

Graduado em Ciências Contábeis pela instituição UNICEUB em 2003.

Foi Diretor Administrativo Financeiro do Fundo de Pensão ANABBPREV em 2014 e 2015.

De 2003 a 2008 foi Presidente da FENABB (Federação Nacional das AABB).

Mário Jorge Teixeira Sampaio – 045.742.812/00

Graduado em Economia pela Universidade Católica de Brasília (DF) (1982)

Pós-Graduado em Engenharia Econômica pela Universidade Católica de Brasília (DF) (2001)

MBA em Agrobusiness pela ESALQ-USP (2003)

Foi superintendente regional do BB de 2000 a 2004; consultor do Sebrae de 2009 a 2010; Professor de Economia e Mercado na Faculdade Senac.

- b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

- a. administradores da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre os administradores da Companhia e:

a. sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

_-*

ANEXO F

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2016, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 9.011.664,20 (nove milhões, onze mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 2.925.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), mais a remuneração variável de até R\$ 3.755.002,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e dois reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária e dos encargos da Diretoria Estatutária e do Conselho de administração, no valor de R\$ 1.446.662,20 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais).

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é

encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, seguro de vida, Plano de Previdência Privada Complementar (TAURUSPREV), nos termos do regulamento do plano.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2013, 2014, 2015 e previsto para 2016.

Forjas Taurus Realizado 2013

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	90,0%	6,5%	3,5%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2014

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	58,5%	38,2%	3,3%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2015

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	47,7%	50,1%	2,2%	100,0%

Forjas Taurus Previsto 2016

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	43,5%	55,9%	0,6%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
2016

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

2014/2015

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

Em RCA do dia 28 de março de 2014 ainda foi deliberado que as metas dos gestores para o PPT serão o cumprimento do EBITDA e Caixa Operacional.

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 80% das Metas dispostas anteriormente, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2014.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

- Atingiu 100% = 10 salários, sendo 8 pelo EBITDA e 2 pelo CO
- Acima de 80% até 99,99%= aplica-se o percentual de atingimento x 8 salários (EBITDA) + o percentual de atingimento x 2 salários (CO)
- Abaixo de 80% = ZERO

Se o EBITDA ultrapassar o orçado, o percentual de aumento será dividido por 2 e acrescentado à participação normal. Ex: se o EBITDA ultrapassar em 20% o orçado, será acrescido 10% no valor final do pagamento do gestor.

2013

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos

Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas e calculado a premiação individual.

Com a introdução do PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, foram definidos pelo Conselho de Administração as macro metas em Reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2013, onde o condicionante básico é o atingimento do lucro líquido do exercício, para depois serem analisadas as metas individuais. Além disto, para cada diretor elegível foram criadas 3 metas que servirão de base para pontuação e avaliação no cálculo da remuneração variável (bônus).

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 60% da Meta de Lucro Líquido do Exercício, já estabelecida para 2013, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2013.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

Fase I: Lucro Líquido do Exercício consolidado de Forjas Taurus S.A. - LLE

- ➔ LLE atingiu 100% = 4 salários
- ➔ LLE atingiu entre 80% a 99,99% = 2 salários
- ➔ LLE atingiu entre 60% a 79,99% = 1 salário
- ➔ LLE atingiu abaixo de 60% = Zero (neste caso, não há qualquer distribuição. Não passa para o cálculo das metas).

Fase II: Salários adicionais em relação às 3 metas individuais, quando o LLE ultrapassar 60% da meta

- ➔ 1 meta atingida = 1 salário
- ➔ 2 metas atingidas = 3 salários
- ➔ 3 metas atingidas = 6 salários
- ➔ 40% dos salários adicionais em relação às 3 metas poderão ser pagos por meio de um Plano de Opções de Ações, conforme regulamentação e aprovação que venha a ocorrer posteriormente.

Regra de superação: se o LLE - Lucro Líquido do Exercício ficar acima de 100% do orçado, o percentual de aumento será dividido por dois e acrescido à participação normal, respeitando em todos os casos, o limite legal previsto no Estatuto Social da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais, sendo que seus principais objetivos podem ser assim descritos:

- Alinhamento e competitividade da remuneração ao mercado e às regiões onde atua, garantindo os equilíbrios interno e externo da remuneração.
- Posicionamento da remuneração com o mercado, seguindo como medida estatística a mediana, com concentração na remuneração fixa para conselheiros de administração de acordo com a prática de mercado e conselheiros fiscais, de acordo com a legislação em vigor.
- Estratégicos, pela proporção maior de remuneração variável para a diretoria estatutária em relação aos conselhos, como forma de criar maior comprometimento e foco em resultados e ampliar a rentabilidade do negócio.
- Foco nos comitês estatutários de assessoramento ao conselho, cuja participação dos membros mesmo que não remunerada, requer mais tempo de dedicação.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A *performance* dos profissionais contribui na estratégia da Companhia em buscar melhores resultados, um crescimento econômico, levando em consideração, para tanto, os níveis praticados pelo mercado. Os principais indicadores são:

- o desempenho da Companhia a partir de metas estabelecidas no orçamento
- os indicadores de resultado da Companhia incluem as metas de receita, de volume, de geração operacional de caixa, de lucro líquido e performance econômico-financeira.
- resultado da unidade ou área do profissional, a partir de metas por Unidade de negócio, também atreladas ao desempenho entre o orçado e o realizado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa e variável é estruturada de acordo com a mediana de mercado. A progressão, evolução salarial e de carreira dos profissionais leva em consideração o nível individual de

desempenho, compatíveis com o mercado onde atua. A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é considerada um diferencial estratégico, pois tem garantido a aderência dos mesmos na forma e na medida em que correspondem a manutenção de corpo diretivo de alta competência e qualificação.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

13.2 – Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2016)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	300.000,00	2.925.000,00	487.500,00	3.712.500,00
Benefícios direto e indireto	0,00	50.661,80	0,00	50.661,80
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	60.000,00	585.000,00	97.500,00	742.500,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.755.002,00	0,00	3.755.002,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	751.000,40	0,00	751.000,40
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	360.000,00	8.066.664,20	585.000,00	9.011.664,20

Remuneração total - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	9,08	3,58	5,00	17,66
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	544.999,99	3.273.804,99	478.651,24	4.297.456,22
Benefícios direto e indireto	0,00	181.821,00	0,00	181.821,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	109.000,00	654.761,00	95.730,25	859.491,24
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.438.597,79	0,00	3.438.597,79
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	687.719,56	0,00	687.719,56
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	653.999,99	8.236.704,34	574.381,49	9.465.085,81

Remuneração total - exercício social encerrado 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,83	4,00	5,00	16,83
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.540.833,33	3.192.000,00	478.200,00	5.211.033,33
Benefícios direto e indireto	0,00	216.324,05	0,00	216.324,05
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	308.166,66	638.400,00	95.640,00	1.042.206,66
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.085.860,00	0,00	2.085.860,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	417.172,00	0,00	417.172,00
Descrição de outras remunerações fixas	Cálculo nº de membros = Jan a Abr = 7 / Mai a Jun = 6 / Jul a Dez = 9 / Média = 7,83 membros		A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	1.848.999,99	6.549.756,05	573.840,00	8.972.596,04

Remuneração total - exercício social encerrado 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,00	4,58	5,00	16,58
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	3.725.000,00	3.931.364,67	496.264,60	8.152.629,27
Benefícios direto e indireto	0,00	184.279,40	0,00	184.279,40
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	798.420,00	786.272,93	99.252,92	1.683.945,85
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	410.400,00	0,00	410.400,00
Descrição de outras remunerações fixas		Valores referentes a remunerações contratuais		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	4.523.420,00	5.312.317,00	595.517,52	10.431.254,52

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2016)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.506.002,40	-	4.506.002,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.506.002,40	-	4.506.002,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,08	3,58	5	17,66
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,16	4,00	5	17,16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.537.200,00	-	4.537.200,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.537.200,00	-	4.537.200,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.503.032,00	-	2.503.032,00

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	4,58	5	17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	410.400,00	-	410.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	410.400,00	-	410.400,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	410.400,00	-	410.400,00

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2015:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.746	2.628.198	2.638.944	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	9.090	181.818	190.908	-

Posição em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	572.247	497.300	1.069.547	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	100.100	2.000.000	2.100.100	-

Posição em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	11.251.109	87.656	11.338.765	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	419.426	1.667.594	2.087.020	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	1
Nome do plano	-	Taurusprev, administrado por Itaú Vida e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentarem antecipadamente	-	Não há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 33.000,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 18.480,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	Apenas em caso de desligamento do ocupante do cargo na Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Número de Membros	3,58	4,00	4,58	9,08	7,83	7,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (R\$)	4.187.913,35	2.756.098,64	1.791.504,00	60.000,00	640.000,00	1.800.000,00	114.876,30	114.768,00	119.103,50
Valor da menor remuneração (R\$)	53.334,00	507.129,05	476.880,00	10.000,00	30.000,00	300.000,00	114.876,30	114.768,00	119.103,50
Valor médio da remuneração (R\$)	2.246.417,17	1.637.439,01	1.159.894,54	72.026,43	236.143,04	646.202,86	114.876,30	114.768,00	119.103,50

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo estendido de acordo com o contrato individual.
- Alguns diretores estatutários tem assegurado uma indenização em caso de destituição, conforme previsto em contrato.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social 2015 – Percentual da remuneração total da cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9,2%	4,3%	-	4,4%

Exercício social 2014 – Percentual da remuneração total da cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-

Exercício social 2013 – Percentual da remuneração total da cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2015 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	829.475,43	829.273,41	-	1.658.748,84
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2014 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2014 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2013 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2013 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não aplicável.

*_*_*

ANEXO G

DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Para fins de cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas todos os documentos abaixo listados, que encontram-se consolidados e disponíveis no *website* da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2015;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

*_*_*

ANEXO H

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

FORJAS TAURUS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02

NIRE 43 3 0000739 1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Forjas Taurus S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2016, às 13:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2016;

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2016;

(iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e

(v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2016.

Instruções Gerais:

Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 23.03.2016, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores

acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).

O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, caso tal deliberação se faça necessária, é de 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada, devendo ser exercido pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, conforme previsto no artigo 141, §1º, da Lei nº 6.404/1976.

Para poder participar da Assembleia, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 27.04.2016, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos, em atenção à área de relações com investidores (A/C Thiago Piovesan), via fac-símile para o número (51) 3021-3079; por e-mail para ri@taurus.com.br, ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio “A”, CEP 93032-000, São Leopoldo, RS – Brasil.

São Leopoldo, 24 de março de 2016.

Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.